



ECOMUSEU DA AMAZÔNIA, COTIJUBA: ANTROPOLOGIA DAS PAISAGENS MUSEOLÓGICAS BELENENSES

Rosangela Marques de Britto. UFPA
Flávio Leonel Abreu da Silveira. UFPA

RESUMO: A comunicação apresentará o resultado parcial da pesquisa etnográfica na Ilha de Cotijuba, em Belém do Pará, cidade da Região Norte, na Amazônia brasileira. A ilha é um das áreas do ECOMUSEU DA AMAZÔNIA. O estudo visa à compreensão “nativa” sobre a ideia de Museu e Patrimônio dos moradores da Ilha.

Palavras-chave: Antropologia Urbana. Musealização. Museu de Território Urbano.

ABSTRACT: *It will set the Result part of ethnographic research on the island of Cotijuba, in Belém, a city of North Region in the Brazilian Amazon. The island is one of the areas of ECOMUSEUM AMAZON. The study aims to understand "native" on the idea of residents Heritage Museum and the Island.*

Key Words: *Urban Anthropology. Musealization. Museum of Urban Planning*

INTRODUÇÃO

Apresentaremos os resultados parciais da tese com o título provisório de *Paisagens museológicas no espaço urbano-ambiental: a invenção do patrimônio musealizado no bairro de Nazaré à musealização do patrimônio na ilha de Cotijuba, em Belém do Pará*. O objetivo geral do estudo visa compreender os vários graus da atribuição de valores aferida pelos habitantes do bairro (Belém, em sua porção continental) e da ilha (Belém, em sua porção insular) aos considerados “lugares de memória”¹ (NORA, 1993) de Belém, no intuito de interpretar a longa duração da “memória do lugar”² (SILVEIRA, 2004), como “espaços de significações” (BRITTO, 2009)³.

O termo paisagem, em seu sentido lato, de acordo com Mayol (2008, p.40), é compreendido como “memória e palimpsesto”, pois nela se inscrevem as marcas das ações humanas capazes de ser interpretadas enquanto textos inscritos em um lugar praticado (CERTEAU, 2008). Para esta comunicação, utilizamos o termo como

categoria de pesquisa, cuja abordagem nos permite pensá-lo como zona de intercâmbios de saberes e de fazeres (BRITTO; SILVEIRA, 2011).

Neste sentido, a noção de paisagens (e não de paisagem) – como um campo plural e polissêmico de estudos – emerge em nossa reflexão como a possibilidade de estabelecer um diálogo a partir de campos de conhecimento diversos, como a Antropologia e a Museologia (mais especificamente a teoria e a prática museológica), no intuito de refletir acerca de algumas categorias relativas à dinâmica entre natureza e cultura, visando ultrapassar uma noção binária excludente que tende a separar radicalmente tais dimensões da experiência humana no mundo.

A partir desta perspectiva, propomos uma reflexão acerca do mundo urbano belenense que, ao evocar temas amazônicos caros às práticas sociais na região, aproxima categorias de entendimento relativas aos campos já mencionados. Ora, ao justapormos campos disciplinares heterogêneos sob a influência de um tema agregador como é o das paisagens, temos em mente o seu potencial gerador de intercâmbios e o atravessamento de fronteiras, especialmente quando se trata de pensá-los através de um projeto sociotécnico de constituição de uma proposta que está baseada na nossa perspectiva de análise do conceito de “Museu de Integral”. Essa categoria conceitual nos permite pensar os fundamentos teóricos de algumas práticas de musealização do patrimônio – ou mesmo do patrimônio musealizado na cidade de Belém (PA)⁴. Neste sentido, segundo a museóloga Tereza Scheiner (2012, p.15-30), o Museu Integral:

[...] se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas *na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais* (SCHEINER, 2012, p.19, grifo nosso).

Esta citação integra o artigo *Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas*. Nele, Scheiner (2012, p. 15-30) nos propõe uma ressignificação do conceito de Museu Integral, a partir das práticas consolidadas ao longo dos 40 anos que nos separam do momento de criação do termo, conforme proposto no texto da Carta de Santiago, em 1972, no contexto do Chile de Allende. O conceito nomeado à época

estava associado à ideia de “patrimônio integral” (patrimônio natural e cultural), concebido em uma perspectiva holística do meio ambiente. Esta proposição foi atualizada na Declaração de Caracas, em 1992, em que há uma preocupação com ênfase dialógica com a comunidade, visando o desenvolvimento social e local. A autora adverte que o advento dos ecomuseus está relacionado à outra matriz conceitual – “a dos museus a céu aberto, museus *ateliers* e parques naturais musealizados” (SCHEINER, 2012, p. 24) – ou mesmo nos informa que o termo ecomuseu “passou a ser sinônimo de um tipo especial de museu comunitário, fundamentado na musealização de um território e na relação entre este território, o meio ambiente integral (entendido como patrimônio) e as comunidades que ali conviveram e/ou convivem” (SCHEINER, 2012, p.24).

Na direção apontada pela autora, musealização significa “a subordinação a parâmetros específicos de proteção, documentação, estudo e interpretação” (SCHEINER, 2005, p.9). O Museu, com “M” maiúsculo, não é a instituição em si; é um “fenômeno ou acontecimento identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória” (SCHEINER, 2005, p.8), a que a autora denomina de “musealidade”. A musealidade “seria a potência ou qualidade, identificada em certas representações do Real, que as tornaria relevantes, na ótica de determinados grupos sociais” (SCHEINER, 2005, p.8). Neste sentido, destacamos que a musealidade é um valor atribuído por diversos agentes, e que a sua percepção poderá se alterar, e é resultante de um “produto dos sistemas de valores específicos a cada cultura, no tempo e no espaço” (SCHEINER, 2005, p.9).

Scheiner nos instiga a refletir sobre as nossas ações teórico-práticas no campo disciplinar da Museologia e do Patrimônio⁵, no intuito de não adentrarmos numa relação dicotômica entre Museu tradicional e Museu de território. Avançamos nesta reflexão, apontando a representação das duas configurações teóricas de Museu, enquanto fenômeno situado no espaço e no tempo (Figura 1), nomeadas apenas para efeito teórico-conceitual – e não em termos hierárquicos ou valorativos de “Museu tradicional” e “Museu de território”. O Museu tradicional se constitui na relação entre o público, a coleção e o prédio. O Museu de território, representado no lado direito da Figura 1, advém da base teórica dos museus a céu aberto, mas ligado a ele está relacionado o movimento denominado de Nova Museologia. Este

movimento configura-se em discursos que visam assumir a função eminentemente social do museu e a superação dos limites da concepção de cultura restrita à produção e circulação de bens culturais da elite, projetando-se, assim, como instituição afinada com uma sociedade democrática. Tal movimento complementa-se ao que seria considerado o “museu tradicional”, voltado, dentre outros pontos, para a ideia de “território” e não de “edifício”; a de “patrimônio” e não de “coleção” e a de “sociedade”, ao invés de “público” (CHAGAS, 1989, p. 14-27; GONÇALVES, 2007).



Figura 1. Ternário comparativo: à esquerda, Museu tradicional; e à direita, Museu de território.

Este museu do “tipo novo” (CHAGAS; NASCIMENTO JUNIOR, 2007), denomina-se Ecomuseu, visando à associação do patrimônio natural ao patrimônio cultural – termo criado em 1970 por Hughes de Varine Bohan, para designar os museus comunitários franceses. Esta primeira experiência foi realizada na França por Georges Henri Riviére, no Museu Creusot, em que o campo de ação da museologia se expandiu do museu (intramuros) voltado para coleção e a relação desta com o público, para todo o território, mudando o olhar para o patrimônio e a relação deste com a sociedade (CHAGAS, 1989, p. 14-27; DEVALLEÉS, 1998, p. 205-251; GONÇALVES, 2007).

A partir desta perspectiva conceitual de Museu Integral, diferenciando as abordagens teóricas de Museu tradicional e de Museu de território ou a céu aberto, que acreditamos, conforme aponta Scheiner no trecho destacado da citação:

[...] na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais (SCHEINER, 2012, p.19).

A partir desta afirmação teórica do campo museal, associamos a perspectiva de análise do patrimônio como categoria de pensamento. Conforme exposto pelo antropólogo Reginaldo Gonçalves (2002, p. 28), o patrimônio deve ser pensado “etnograficamente, tomando-se como referência o ponto de vista do outro”. O autor

aponta para a representação da categoria patrimônio como conjunto indivisível, e acrescenta que a contribuição dos antropólogos à construção e ao entendimento da categoria patrimônio se faz a partir da ambiguidade da noção antropológica de cultura, “permanentemente expostas às mais diversas concepções nativas”. Assim, compreendemos que o bem cultural é um elemento mediador da relação homem-realidade, que agrega os elementos da natureza, como paisagem, rio e floresta ao material, a bens móveis e bens imóveis, à edificação, praça, telas, objetos sacros, dentre outros; e ao bem imaterial, ofícios, crenças, tradições, culinária (GONÇALVES, 2007, p. 13-42).

Ademais, os conceitos atribuídos pela museologia ao entendimento do conceito de patrimônio compreenderam que a categoria patrimonial passa a ser definida a partir das relações entre as coisas, as pessoas e os espaços/cenários, produzindo uma paisagem de extrema complexidade, onde a ideia de patrimônio é de extrema relevância. A categoria patrimonial estudada nesta dimensão teórica, a qual visa correlacionar atribuição de valores e de usos de um determinado espaço socio-histórico e simbólico, instiga-nos a aproximar a sua correlação teórica ao conceito de paisagem/paisagens, conforme já exposto. É nesta perspectiva teórica e prática da Antropologia das Paisagens que apresentamos nesta comunicação científica um breve estudo para 22º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Arte (ANPAP), o tema “Ecossistemas Estéticos”, ao Simpósio “Diálogos estéticos entre arte, ambiente e comunidade”, apresentando a etnografia realizada na comunidade do Poção – Ilha de Cotijuba, da ceramista D. Antônia, no âmbito do projeto sociotécnico - Ecomuseu da Amazônia.

2 Belém (PA): paisagens da Amazônia Oriental brasileira, ilha de Cotijuba

Este rio é minha rua
Minha e tua mururé
Piso no peito da lua
Deito no chão da maré
Paulo André Barata e Ruy Barata

O trecho da música de Paulo André e Ruy Barata enuncia palavras que conduzem o leitor a ideias-imagens de representações da memória pessoal e social de paisagens que se interpenetram nas vilas, lugarejos, cidades ribeirinhas e nas

metrópoles da Amazônia brasileira. Imagens difusas e híbridas, de massas e texturas verdes de florestas, matas, clarões de desmatamento, manchas de pequenas comunidades, artérias de igarapés e rios. Ao citarmos o verso, reportamo-nos às cidades amazônicas, em especial seus elos peninsulares e insulares ou mesmo às cidades e suas águas. No caso específico deste estudo, referimo-nos à cidade de Belém, e “muitas outras como Gurupá, Abaeté, Macapá, que se formaram na relação com o mundo aquático e florestal, com fauna e flora tão diversas” (CASTRO; SANTOS, 2006, p.29).

O interesse pelo tema, buscando interpretar as concepções “nativas” sobre Museu e Patrimônio, entendendo que a cidade de Belém, como as demais cidades amazônicas, exerce uma dimensão singular da relação da rua-rio, ou mesmo da “casa e da rua” (DA MATTA, 1997) como categorias de análise das práticas culturais e sociais dos belenenses. Neste sentido, pretendemos ampliar a nossa compreensão acerca das estratégias de constituição e de institucionalização desses lugares de memória no âmbito da cidade de Belém, bem como entender quais têm sido as contribuições dos diferentes agentes públicos e interlocutores na organização do espaço social ou do espaço público/espaço universitário, uma vez que tais estratégias visam inseri-los em um “sistema de arte-cultura como ato de colecionar” (CLIFFORD, 1994, p. 68-89), influenciando direta ou indiretamente na dinâmica das políticas públicas voltadas à preservação da cidade de Belém (e seus patrimônios), criando novos aparelhos urbano-culturais em diversos espaços, enquanto categorias de cultura e lazer, relacionadas às modalidades de museu de arte e museu de território.

O município de Belém é o locus da pesquisa, tendo como características geográfica, populacional e urbana os seguintes aspectos: a) está situada na Amazônia brasileira; b) o cotidiano é marcado pela relação de seus habitantes com os recursos hídricos e florestais; c) o contato esporádico e/ou contínuo de seus habitantes com a fauna e flora regionais; d) a organização do traçado do espaço urbano-ambiental configurado em suas formas materiais, sociais e simbólicas na correlação do urbano com o rural e na coexistência da tradição com a modernidade. A questão central é: Como a sociedade local apreende a ideia de Patrimônio e Museu?

Na introdução deste trabalho explicitamos algumas questões conceituais da pesquisa e agora adentramos em seu *locus* – a paisagem urbana pós-industrial belenense, e refletimos a partir da análise de Nazaré, que não é o nosso objeto de relato, e o outro situado na ilha de Cotijuba.

Geograficamente, Belém está situada na região Norte do Brasil, na Amazônia Oriental, composta pelos seguintes estados, com as respectivas capitais: Pará (Belém), Amapá (Macapá) e Tocantins (Palmas). Na Amazônia Ocidental, são: Amazonas (Manaus), Acre (Rio Branco), Rondônia (Porto Velho) e Roraima (Boa Vista), segundo a divisão estabelecida pelo Decreto-lei nº 291, de 28/02/1967.

A cidade de Belém, a maior metrópole da Região Norte, integra os 143 municípios do Pará, cuja população é de 7.588.078 habitantes (IBGE, 2010). A população de Belém é de 1.392.031 habitantes (IBGE, 2010), distribuídos em 71 bairros e oito distritos administrativos. A sua porção continental corresponde a 34,36% do território municipal. Nela destacamos o bairro de Nazaré, situado na parte “alta” da cidade e, neste, a ênfase da pesquisa centra-se no Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA). No que se refere à porção insular, Belém é composta por 42 ilhas, que corresponde a 65,64% da área municipal. É neste território que se situa a ilha de Cotijuba, com aproximadamente 2.133 habitantes, em 1.595,29 hectares. O acesso à ilha é pela via fluvial, em 50 minutos de barco pelo rio Pará, com embarque no porto/trapiche do bairro do Cruzeiro, no Distrito de Icoaraci, e desembarque no porto da ilha – ou Terminal Hidroviário Antônio Tavernard. A Ilha de Cotijuba é uma das áreas de atuação do Ecomuseu da Amazônia, que desenvolve projetos sociotécnicos em mais três territórios: Ilha de Mosqueiro, Ilha de Caratateua, e Distrito de Icoaraci (Orla e Paracuri) (Figura 2).

Os fatos que antecederam o momento atual da pesquisa etnográfica iniciam-se em 9 de novembro de 2009, quando foi realizada uma visita técnica à Ilha de Cotijuba, da qual participei na condição de coordenadora do curso de graduação em Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), juntamente com outros professores da instituição e a professora Terezinha Resende Martins, coordenadora da equipe da Secretaria de Educação da Prefeitura de Belém, ligada à Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira (FUNBOSQUE). Também esteve presente o atual consultor do museu, Hugue de Varine Bohan, o qual sugeriu que fosse

LIBERAL, 2007). Ademais, o projeto sociotécnico do Ecomuseu “começou a ser discutido em 2005, no âmbito da SEMEC, a partir das três unidades escolares para o desenvolvimento sustentável (Ueds) ligadas à rede municipal de ensino: Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira, em Caratateua; Liceu Mestre Raimundo Cardoso, em Icoaraci; e Escola Municipal Parque Amazônia, na Terra Firme” (O LIBERAL, 2006).

Portanto, os fatos que antecedem a oficialização do projeto sociotécnico do Ecomuseu estão relacionados a um momento anterior. Nos anos de 1996 e 1997 foram criados, em conjunto com a comunidade do Distrito de Icoaraci, a Feira de Artesão do Paracuri e um programa educacional no âmbito da PMB, intitulado de Liceus Escolas de Artes e Ofícios. A SEMEC implantou o Liceu de Artes e Ofícios mestre Raimundo Cardoso, também conhecido como Escola do Paracuri, em um bairro que concentra o polo de criação e produção da cerâmica de Icoaraci ou as réplicas das cerâmicas arqueológicas das fases Marajoara, do arquipélago do Marajó, e Tapajônica, do município de Santarém. Em 2012, foi inaugurada no Liceu a galeria Laís Aderne, com a exposição “Mestres da Cerâmica de Icoaraci”.

Neste momento inicial foi significativa a contribuição da educadora Laís Aderne, falecida em junho de 2007. Ela foi uma das principais idealizadoras do Liceu e contribuiu para a implantação do Ecomuseu na região, a partir de suas realizações no Ecomuseu do Cerrado, em Goiás, em 1998. O projeto do Ecomuseu da Amazônia foi reiniciado em 2007, a partir de ações contínuas desenvolvidas pela SEMEC, por meio da Escola Bosque. O Projeto sociotécnico elaborado por Terezinha Martins até a “sua quarta página [contou com a participação da] professora Laís”, que se reportava a sua experiência no Cerrado, como “trabalhos comunitários”. Conforme informações de Terezinha Martins, o termo “Ecomuseu” só foi associado muito mais tarde por Laís, após sugestão de Célia Corsino, ao então projeto desenvolvido em Goiás, o Ecomuseu do Cerrado.

Em 2007 foi realizado, em Belém, o Seminário de implantação do Ecomuseu da Amazônia, que contou com a participação do museólogo Mário Chagas, que à época ocupava o cargo de Coordenador Técnico do Departamento de Museus, atual Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) do Ministério da Cultura, que destacou um dos lugares significativos para a história da ilha e para a implantação do Museu – as ruínas do educandário Nogueira de Farias.

O educandário foi inaugurado em 1933. Porém, em 1968 foi construída uma penitenciária na ilha e, por algum tempo, o educandário e o presídio coexistiram. O educandário foi extinto e a ilha se transformou em uma ilha-presídio até 1977, quando a Colônia Penal de Cotijuba foi desativada. Chagas destaca que no processo de musealização, a ruína, como espaço simbólico da ilha, deve ser considerada e alertou que “é preciso ter delicadeza para não se perder a perspectiva poética que existe nas ruínas. Talvez seja um caminho mais fácil tornar tudo novo e limpo, mas isso anula a história, a memória e a dimensão do patrimônio. É importante manter esse diálogo com o passado” (O LIBERAL, 2007) (Figura 3).



Figura 3: Ruínas do antigo Educandário e Presídio, situado na praça/porto da ilha de Cotijuba (PA).

Outra especialista que participou do evento em 2007 foi Odalice Prioste, do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro/Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, atual presidente da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC). Em entrevista, informou que “Um ecomuseu não nasce de um dia para o outro. É preciso gerar as condições para que ele exista, articulando moradores, escola e meio ambiente” (O LIBERAL, 2007).

A equipe que atua atualmente neste projeto é multidisciplinar, formada por técnico em meio ambiente, engenharia florestal, oficinairos na parte de alimentação e artesanato, agrônomo, dentre outros, segundo Terezinha Rezende, em entrevista concedida em 3 de maio de 2012. A seguir, a transcrição de trechos desta entrevista, narrando parte do diálogo mantido entre Britto e Rezende:

[BRITTO] O que significa o Ecomuseu para ti enquanto gestora deste espaço comunitário, em conjunto com a comunidade?

[REZENDE] O Ecomuseu [...] é um espaço, um museu, que eu percebo que ele possibilita uma mudança de vida, seja sua vida pessoal ou profissional das pessoas, porque com o decorrer da proposta do trabalho as pessoas

vão se envolvendo. É um processo lento, porque ele parte de uma Secretaria de Educação, e todo o nosso trabalho está pautado na educação, então, a partir dos trabalhos iniciais a gente vai percebendo pelo próprio processo que muitas pessoas até desistem, porque é um processo muito lento, porque a gente pauta na educação. Mas aquelas pessoas que permanecem no processo a gente percebe assim que elas vão se envolvendo, elas ficam apaixonadas pela ideia. Então, com essas pessoas que no decorrer do tempo passam a ser as nossas lideranças no próprio local, porque elas passam a ter uma outra percepção deste Ecomuseu aberto, deste Ecomuseu que prioriza e valoriza a iniciativa das pessoas, o que elas fazem – o trabalho desenvolvido lá [no território] não é o que o Ecomuseu leva a ideia, mas o que é percebido por essa conversa inicial, feito por meio de diagnósticos. A gente começa com diagnósticos rápidos participativos, diagnósticos socioeconômicos, tudo isso. Nós temos um conjunto de informações e, a partir daí, prioriza-se o que elas querem fazer. Na minha ideia, hoje, há quase cinco anos já tenho um conjunto de depoimentos de como a vida delas mudou, tanto profissional quanto pessoal, a partir da ideia do trabalho do Ecomuseu – essa ideia participativa, interativa e de valorização do ser humano primeiramente, do homem; a relação dele [do homem] com o seu próprio espaço.

[BRITTO] Especificamente na Ilha de Cotijuba, o que vocês fizeram de ações pontuais?

[REZENDE] Nós não trabalhamos com ações pontuais. As nossas ações são contínuas. Desde 1996, trabalhamos com algumas oficinas. Em 2005 e 2006, trabalhamos com oficinas pontuais. A questão da cerâmica entra em 2006, a pedido da própria comunidade, que havia lá [em Cotijuba] era argila de boa qualidade, praticamente o que ficou foi a família da D. Antônia, que consegui expandir para outros [...]. Em 2007 oficializamos o Ecomuseu. Quando a gente trabalha com educação, o processo é contínuo, principalmente a partir de 2007 [...].

[REZENDE] Então, já como ideia minha, a professora Laís já não estava conosco, como poderíamos enraizar essa ideia de Ecomuseu? Da pessoa fazer as atividades a partir de sua própria identidade e de seus valores, da ideia de participar de um determinado lugar, de se sentir orgulhosa de viver naquele espaço, a ideia de pertencimento? [...] Então nós criamos um curso inicialmente chamado de qualificação, depois de formação de recursos humanos e, por fim, de qualificação de recursos humanos, e atualmente o que vai ser o título do nosso encontro de formação de atores para o desenvolvimento local, [em 2012] [...]. Percebemos que é necessária, além da parte prática, a teoria. Todo e qualquer trabalho nosso, seja em Cotijuba, Caratateua, em Icoaraci e Mosqueiro é pautado também pela teoria – na teoria e prática, e sempre a partir da vocação e das prioridades estabelecidas pela própria comunidade [...].

3. Etnografia⁶ na comunidade do Poço⁷- ilha de Cotijuba

A comunidade do Poço, situada no extremo leste da ilha de Cotijuba, entre a Pedra Branca e o Parque Seringal, conforme o mapa (Figura 4), desenhado por Bismark Santos, 20 anos, morador da ilha e um dos moto-táxi que prestam serviço na ilha, um sistema de circulação de pessoas implantado desde 2005. A planta divulgada pela PMB só destaca as praias, o porto, as ruínas e as vias principais da

ilha. No Poção, a nossa interlocutora foi a D. Antônia de Maria Mesquita, esposa do pastor Mesquita, que sugeriu para Terezinha Rezende que o centro de produção de artesanato/cerâmica e palha fosse realizado pelos moradores da comunidade do Poção e não no espaço do Ecomuseu, situado na praça principal, próximo ao porto. “Lá é apenas um local de comercialização”, nos informou D. Antônia (Figura 5).

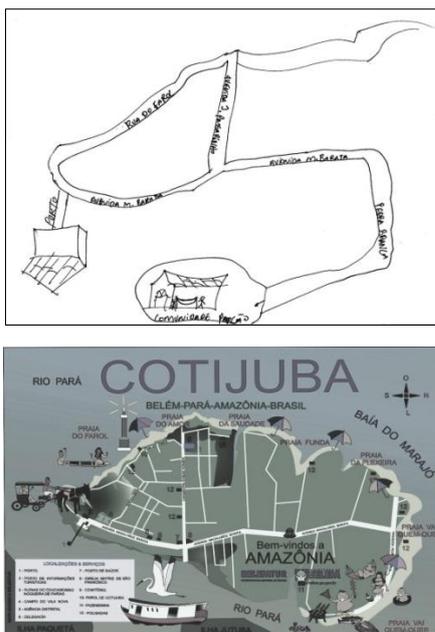


Figura 4: Mapa turístico e desenho de Bismark Santos.



Figura 5: D. Antônia, com suas cerâmicas.

Sobre as ações do Ecomuseu da Amazônia em sua comunidade, D. Antônia, afirmou o seguinte:

[D. ANTÔNIA] O nosso trabalho de argila foi muito “sacrificioso” [...] envolvia 27 pessoas [...] trabalhamos em uma área da prefeitura, na agência, todo muito satisfeito. Mas, um belo presidente expulsou a gente de lá. Nós tínhamos muitas peças, pedimos para guardar na D. Cristina. Depois veio o espaço do Ecomuseu da Amazônia. [...]. Aqui [o Poção] é um lugar

esquecido, pedimos para D. Terezinha para fazer tudo aqui [...]. A minha ideia de Ecomuseu, eu achei o ecomuseu muito importante, as pessoas vêm com aquele amor e carinho, eu estou gostando das atitudes do Ecomuseu da Amazônia [...].

Conclusão

A partir da pesquisa, buscamos apontar alguns aspectos acerca das noções de Museu e de Patrimônio empregadas pelos belenenses, as quais estão ligadas à ideia de espaço aberto, de Museu a céu aberto, e de áreas verdes ou ao patrimônio ambiental, e não como a noção de Museu pesquisada no Rio de Janeiro (CHAGAS, 1987) – o Museu associado à “ideia de coisa velha e antiga”. Ademais, também associamos as nossas reflexões em relação a uma resignificação do conceito de Museu Integral, conforme apontado por Scheiner (2012), para repensarmos a contribuição da inter-relação entre o campo teórico-prático da museologia e da Antropologia Social e Cultural, em relação às nossas experiências práticas de museus na cidade de Belém (PA).

A experiência realizada no convívio diário com os moradores da Ilha de Cotijuba apresenta um pouco das ações *in loco* dos relatos de Terezinha Rezende sobre o Ecomuseu da Amazônia, em especial a partir do diálogo com os moradores da Ilha de Cotijuba, com moradores/artesões da comunidade do Poção, revelando-se apenas uma parte das ações de educação continuada realizada pelo polinucleado Ecomuseu da Amazônia.

NOTAS

¹ O termo “lugar da memória” foi atribuído pelo historiador Pierre Nora (1993, p.1-23) para representar alguns locais topográficos ou não de preservação da memória.

² Na pesquisa, o termo “memória do lugar” advém da tese de Silveira (2004), intitulada *As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens. Estudo da memória coletiva de contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul*, que versou sobre a longa duração da memória sobre determinadas paisagens ou mesmo da ação de deambulação do indivíduo no espaço como “lugar praticado”, como nos aponta Michel de Certeau (2008).

³ A associação dos termos “lugar de memória” e de “espaços de significações” está relacionado à dissertação de Britto (2009), que visou o estudo de dois lugares de memória situados no bairro da Cidade Velha de Belém do Pará, intitulado de Núcleo Museológico Feliz Lusitânia. A autora associou a ideia de Nora (1993), de “lugar de memória” a de “espaços de significações”, conceito expresso pela abordagem de Cornelius Castoriadis (1982), Eni P. Orlandi (2004; 2007) e Michel Pêucheux (2006), tendo como referente a inter-relação dos discursos dos agentes públicos de preservação do patrimônio e os usuários/moradores do entorno do patrimônio musealizado. A ideia, nesta tese, é correlacionar em dois polos contínuos de análise, os conceitos de “lugar de memória” (1993) e da “memória do lugar” (2004).

⁴ Musealização do patrimônio refere-se aos bens culturais em processo de conversão em Museus, associadas à museologia teórica e à museologia aplicada ou museografia. O patrimônio musealizado refere-se aos museus

enquanto instituição, que já passaram pelo processo de musealização e já estão instituídos, com um estatuto próprio e uma equipe formada para atuar em seus diversos campos (BRITTO, 2009).

- ⁵ Campo disciplinar da Museologia e do Patrimônio. A museologia é uma ciência social, que tem como objeto de estudo o “Museu, enquanto fenômeno”. Associamos o campo disciplinar da Museologia ao do Patrimônio, compreendendo que ambos apresentam teorias e práticas específicas, mas que se complementam no processo de musealização.
- ⁶ A pesquisa etnográfica foi realizada em dois momentos: um no final de semana (17 e 18 de abril de 2012), em que Britto ficou hospedada em uma pousada na praia do “Vai quem quer”, e dois dias na Comunidade do Poção, um no sábado (dia 19 de maio de 2012) e outro na terça-feira (22 de maio de 2012).
- ⁷ Poção, “tem um lugar que é fundo, um poço de água funda do rio fundo” a origem do nome está ligado ao imaginário da “cobra grande e do jacaré para engolir gente [...] daqui para frente tem mais moradora até a Fazendinha”, nos contou seu Mesquita, com a ajuda da D. Antônia, em 22 de maio de 2012.

REFERÊNCIAS

BRITTO, Rosangela M. de. **A Invenção do Patrimônio Histórico Musealizado no Bairro da Cidade Velha de Belém do Pará, 1994 – 2008**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2009.

BRITTO, Rosangela M. de. Desafios na formação do museólogo frente à demanda social dos museus da região amazônica. In: SEMINÁRIO INVESTIGACION EM MUSEOLOGÍA DE LOS PAYSSES DE LENGUA PORTUGUESA Y ESPAÑOLA, 2. 2010. Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: ICOM; /Faculdades de Letras Universidade do Porto; ICOFOM. Disponível em: <http://www.icofom-lam.org/files/2_seminario_museologia.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BRITTO, Rosangela M. de; SILVEIRA, Flávio L. A. da. Paisagens de Si e dos Outros: Museu da UFPA enquanto paisagens ressignificadas. IN: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 20. 2011. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAP, 2011.

CASTRO, Edna; SANTOS, Maria Antonieta. Belém de água e de portos: ação do estado e modernização na superfície. In: CASTRO, Edna (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. p.25-43.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: artes do fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.

CLIFFORD, James. Culturas Viajantes. In: ARANTES, Antônio A. **O Espaço da Diferença**. São Paulo: Papyrus, 2000. p. 51-79.

CHAGAS, Mário de Souza; NASCIMENTO JUNIOR, José. Veredas e construções de uma política nacional de museus. **Museologia. pt.** v. I, n. 1, p. 198-207, maio. 2007.

CHAGAS, Mário de S. Museu: **Coisa velha, coisa antiga**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1987. 90p. Mimeografado.

CHAGAS, Mário de S. Museologia Norte-Nordeste: perfil e perspectivas. **Apontamentos Memória & Cultura**, Rio de Janeiro, n. 0, p.14-27. abr. 1989.

DE VARINE, Hugue. **Relatório de Missão**. Visita de 5 a 9 de novembro de 2009. Belém: Ecomuseu da Amazônia. Dez. 2009.

DESVALLÉES, André. Centquarente termes muséologiques ou petitglossaire de l'exposition. In: DE BARY, Marie-Odile; TOBELEM, Jean-Michel. (Orgs.). **Manuel de Muséographie**. Petit guide à l'usage des responsables de musée. Biarritz: Ed Séguier; Option Culture, 1998. p. 205-251.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GONÇALVES, José R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2002.

GONÇALVES, José R. S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**. [Revista do Programa de Estudos Pós-graduação em História e do Departamento de História da PUC/SP], São Paulo, n.10, p.1-28, dez. 1993.

MAYOL, Pierre. O Bairro. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano**: morar, cozinhar. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p.37-45.

O LIBERAL. Ecomuseu da Amazônia valoriza tradição popular das ilhas de Belém. Belém, 2 Set. 2007.

O LIBERAL. O Ecomuseu da Amazônia faz seu caminho... Belém, 13 de set. 2006.

O LIBERAL. Ecomuseu inspira Ilha de Cotijuba. Belém, 2 nov. 2007.

SCHEINER, Tereza C. M. **Museu e Museologia**: definições em processo. Rio de Janeiro: ICOFOM, 2005. p.1-11. No prelo.

SCHEINER, Tereza C. M. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v.7, n.1, p.15-30. jan-abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 maio 2012.

Prof^a. MSc. Rosangela Marques de Britto

Mestre em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO/MEC e MAST/MCTI. Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Instituto de Ciências da Arte (ICA). Discente do Programa de Pós Graduação em Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (PPGA/IFCH/UFPA). Membro da ANPAP, Comitê Patrimônio, Conservação e Restauro.

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do PPGA/IFCH/UFPA. Áreas de interesse: imaginário; paisagem; memória; relações entre cultura e natureza; Antropologia Urbana; Antropologia da Ciência.